

Título:

O PERCURSO DO RELATO INTEGRADO: CRÍTICAS, AUTORES E PUBLICAÇÕES DE REFERÊNCIA

Autores:

Cristina Morais da Palma, Doutoranda em Gestão, CEFAGE, Universidade de Évora

Ana Fialho, Professora, Departamento de Gestão, CEFAGE, Universidade de Évora

Francisco Carreira, Professor, Departamento de Contabilidade e Finanças, Escola Superior de Ciências Empresarias do Instituto Politécnico de Setúbal

Área temática: Relato integrado e relato não financeiro

Palavras-chave: Relato Integrado, Sustentabilidade, Divulgação, Criação de Valor, Revisão de Literatura.

## O percurso do Relato Integrado: Críticas, autores e publicações de referência

### Resumo

Com o objetivo de estudar o contributo do relato integrado para o valor das empresas, o presente trabalho começa por identificar os autores e revistas de referência e quais as críticas, encontradas na literatura, ao relato integrado (RI) desde a sua adoção. Os resultados apontam para críticas à abrangência, divulgação, transparência e criação de valor, apontadas por um conjunto de autores de referência, que publicam em periódicos bem classificadas no Scimago Journal & Country Rank (SJR) nas áreas relevantes para o tema. Este trabalho contribui com evidências úteis às várias partes interessadas no modelo do RI, proposto pelo IIRC.

Palavras-chave: Relato Integrado, Sustentabilidade, Divulgação, Criação de Valor, Revisão de Literatura.

### 1. Introdução

O conceito de desenvolvimento sustentável (Brundtland, 1987) veio contribuir para que as empresas começassem a produzir informação sobre o tema, através de relatórios, tanto para consumo interno, ao nível da gestão sustentável dos recursos económicos, ambientais e sociais e da criação de valor (Hubbard, 2009, Brown et al., 2009), como para consumo externo, com informação relevante à tomada de decisão, sobre a performance sustentável das empresas (Lozano, 2012).

A GRI (Global Reporting Initiative), propôs um conjunto de indicadores gerais, especificando-os por setor de atividade, que podem ser utilizados na mensuração e divulgação do desempenho económico, ambiental e social (Roca & Searcy, 2012), mas vários estudos revelaram que o relato sustentável (RS) era insuficiente e não correspondia às expectativas de todas as partes interessadas (Kolk, 2003, Brown et al., 2009, Milne & Gray, 2013, Lodhia, 2015). Foi então criada, em 2013, a IIRC (*International Integrated Reporting Council*), que veio propor um novo conceito de relato sustentável: o Relato Integrado (RI), apresentando uma *framework* (IIRC, 2013), que estimula a divulgação da criação de valor ao nível dos capitais financeiro, manufaturado, intelectual, humano, social e relacionamento e natural.

A propagação do RI contribuiu para a disseminação de investigações sobre a comparação entre o RI e o RS (Flower, 2015), sobre os aspetos críticos, como por exemplo, os relacionados com a ausência de uma *framework* de uso universal (Lodhia,

2015) e da quantidade e qualidade da informação relatada (Barth et al., 2017, Velte & Stawinoga, 2017, Kannenberg & Schreck, 2019, Maroun, 2018, Maroun, 2019, Raimo et al., 2021).

Em junho de 2021, foi criada a VFR (Value Reporting Foundation), uma organização sem fins lucrativos, com o propósito de difundir melhores práticas para o RI, que combinam uma aliança entre a framework proposta para o RI, a mais recente em janeiro de 2021 (IIRC, 2021), e as normas da SASB (Sustainability Accounting Standards Board).

Para melhor corresponder à pretensão da VRF, é necessário conhecer as críticas apontadas ao RI, na literatura. Assim, o objetivo deste trabalho é identificar os autores e as revistas de referência nesta área, bem como analisar as críticas apontadas ao RI na literatura recente, por estes autores.

O presente trabalho é desenvolvido com recurso a uma revisão de literatura selecionando artigos de uma base de dados de literatura de referência, considerando os autores mais citados, nos anos mais recentes.

Os resultados apontam para críticas relacionadas com a abrangência dos relatórios, a divulgação e transparência da informação divulgada e, ainda, ao nível do próprio conceito e evidência sobre a criação de valor e a promoção do pensamento integrado. A identificação destas críticas traz um contributo relevante para todos os intervenientes e interessados no RI, desde contabilistas, gestores, preparadores, reguladores, investidores, académicos e demais partes interessadas.

Este trabalho apresenta um enquadramento teórico, descreve o design metodológico, a recolha e tratamento de dados, apresenta os resultados alcançados e, por último, as conclusões, onde apresentamos também algumas limitações e identificamos possíveis desenvolvimentos futuros

## **2. Relato Integrado: Implementação e evolução**

O IIRC idealizou que o RI viria a contribuir para favorecer a gestão integrada da sustentabilidade, facilitando os procedimentos e processos necessários afetar a esta área de interesse, por um lado, e passar a contribuir para um modelo de relato que favorecesse o pensamento integrado na criação de valor, por outro lado.

Com esta mudança de paradigma na área da sustentabilidade, tanto ao nível da procura por otimizar a performance, como ao nível do relato, a academia focou-se em analisar a transição do relato tradicional da sustentabilidade para o RI, procurando compreender as motivações dessa mudança e avaliar quais as alterações que poderiam daí impactar (Dragu & Tiron-Tudor, 2013; Dumay et al., 2016; Flower, 2015; Jensen & Berg, 2012;

Lodhia, 2015; Stacchezzini et al., 2016; Stubbs & Higgins, 2014; Patrick Velte & Stawinoga, 2017).

A adoção do RI e a convergência do relato sustentável para o modelo de RI é influenciada, por exemplo, pelo setor de atividade em que as empresas operam, se são industriais ou não, pela sua dimensão, bem como, pelos próprios lucros que conseguem atingir. Variáveis internas e externas de governação também têm influência (De Villiers et al., 2017a), como é o caso do tamanho do conselho de administração e da diversidade da sua composição, ao nível interno, e o caso do ambiente jurídico e tipo de investidores, ao nível externo (Velte & Stawinoga, 2017).

Grandes empresas tendem a implementar de forma mais ampla, objetiva e comparável, práticas de informação sustentável, que conduzam a uma melhoria no impacto ambiental e social e a gerar valor acrescentado para a empresa, o que afeta positivamente a qualidade do RI (Vitolla et al., 2020c). A prática não é totalmente desprovida de interesse, Frias-Aceituno et al. (2013) evidencia que este tipo de empresas encara esta forma de publicação como um mecanismo para facilitar a abertura de novos mercados, ainda que os investidores utilizem diversificadas fontes de informação, sendo os relatórios apenas mais uma (Dumay, 2016).

Frias-Aceituno et al. (2013) concluiu, ainda, que a dimensão e diversidade (número de membros, percentagem de membros externos, número de reuniões, percentagem de membros estrangeiros, percentagem de mulheres) de composição do conselho de administração das empresas têm uma influência positiva no RI, pois maior é a capacidade de integração e análise de informação corporativa. Vitolla et al. (2020a) veio a corroborar esta influência do conselho de administração sobre o RI.

As empresas que convergem para o RI tendem a provir essencialmente de países que conferem maior proteção ao investidor, tornando-o mais sedento de informação para além da obrigatória. A par, provêm de países que apresentam sistemas de trabalho menos sindicalizados, onde os gastos privados com a educação superior são maiores, comparativamente com as que mantêm o relato sustentável tradicional (Jensen & Berg, 2012).

Os fatores políticos, culturais e económicos parecem ter uma influência diminuta na adoção do RI (Dragu & Tiron-Tudor, 2013), ainda que Khlif et al (2015) e Maroun (2015), citados por De Villiers et al. (2017b), evidenciem que a relação entre as publicações não financeiras e suas consequências económicas são influenciadas por questões culturais, sendo necessário desenvolver estudos em múltiplos países. Este aspeto foi reforçado por Vitolla et al. (2019), ao concluir que um sistema cultural com menos distanciamento do poder e hierarquia, mais prevenção de incertezas, mais coletivismo, feminilidade e

contenção, conduzem a uma maior preocupação com questões de sustentabilidade, ética e boa governação, o que potencia a qualidade do RI.

A literatura, publicada até então, reforçava que os fatores internos têm um maior peso na adoção do RI e pensamento integrado, que requer uma envolvimento da totalidade das operações de negócio e não uma mera combinação da informação social, ambiental e económica, para a produção de um produto final, na forma de relatório (Lodhia, 2015; Stubbs & Higgins, 2014).

De Villiers et al. (2017a) apresentava um modelo concetual das influências em torno do RI, interligando as determinantes internas e externas das organizações com os preparadores e os utilizadores do relato, tendo por base também a influência do IIRC (*framework*, promoção, reguladores, media, etc) nas consequências que ocorriam ao nível da sustentabilidade social e ambiental de médio e longo prazo, da estabilidade dos mercados financeiros, da legitimidade, prestação de contas, imagem, compromisso com os *stakeholders* e gestão do risco.

Foram-se registando incrementos nos processos e estruturas que já estavam a ser utilizados para os relatórios de sustentabilidade, mas sem inovações relevantes nos instrumentos de divulgação, não sendo detetadas mudanças raciais impulsionadas pelo RI (Stubbs & Higgins, 2014). Inicialmente, o RI ainda carecia de normalização, tal como havia acontecido no projeto da GRI, mas em cada fase em que o RI se venha a encontrar, será necessário desenvolver investigação e identificar as lacunas que possam existir entre a prática e as recomendações (Dumay et al., 2016), bem como consensualizar o significado de RI, de pensamento integrado e de criação de valor (Dumay et al., 2017).

O pensamento integrado, em conjunto com as normas contabilísticas internacionais e a própria abordagem de gestão, poderia conduzir a mudanças efetivas no relato, no controlo da gestão e governação corporativas, promovendo decisões estratégicas sólidas, sustentáveis, e com criação de valor para os *stakeholders* (Velte & Stawinoga, 2017), no entanto, ansiava-se por uma *framework* ou *guidelines*, que pudessem ajudar as empresas a seguir o rumo certo (Lodhia, 2015), fomentando a transparência, credibilidade, consistência e comparabilidade (De Villiers et al., 2014).

Flower (2015), ainda cedo, teceu uma visão muito crítica sobre o RI, sugerindo que o objetivo inicial do IIRC, alusivo à promoção de uma contabilidade sustentável, caiu por terra com a divulgação da *framework* para o relato, uma vez que não apresentava imposições de mensuração ou divulgação, além desta proposta se focar na criação de valor para os investidores e não de valor para a sociedade. Brown & Dillard (2014) criticaram o RI por fornecer uma abordagem muito limitada e unilateral da performance sustentável, quando o desejável seria a promoção da “*corporate accountability*,

*stakeholder empowerment, democratic governance and sustainability*”, assente na criação de valor ao longo do tempo, pelos seis capitais e sua interligação.

O RI aparentava ser uma proposta regressiva, quando comparada com a proposta da GRI (Milne & Gray, 2013), que pecava por se dirigir sobretudo aos investidores e menosprezar públicos como os consumidores, empregados, fornecedores, comunidades locais, Organizações Não Governamentais (ONG), sindicatos, movimentos sociais, governos, países em desenvolvimento e gerações futuras (Brown & Dillard, 2014). A informação quantitativa limitada sobre a performance sustentável, sobretudo quando os resultados sociais e ambientais fossem fracos ou enfrentassem riscos, realçava a visão pessimista acerca da capacidade do RI incentivar a gestão integrada da sustentabilidade (Stacchezzini et al., 2016).

Ainda assim, alguns estudos revelavam reações positivas do mercado após a implementação do RI, referindo aspetos positivos ao nível do aumento da qualidade do relato, que facilitaria, nomeadamente, a avaliação de empresas e análises de previsão (Velte & Stawinoga, 2017). Kannenberg & Schreck (2019) viriam a corroborar que a relevância do RI poderia ficar-se, até então, pela forma positiva como o mesmo afetava a quantidade e qualidade dos dados que são tratados dentro das organizações, na promoção do pensamento sustentável, mas sem conclusões concretas sobre avanços reais na performance.

### **3. Metodologia**

Desde o início do século XXI as webmetrias possíveis através de livre acesso, como é o caso das bases de dados da Scopus, da Google Scholar, entre outras, têm servido o propósito de identificar os autores mais citados pela academia (Bar-Ilan, 2008). Esta técnica permite fácil acesso à identificação dos autores mais citados, sendo que, a mesma pode ser influenciada, por exemplo, por auto-citações, no entanto, ainda assim, é uma técnica que apresenta boas propriedades para medir a produção científica (Alonso et al., 2009).

As revisões de literatura sistemáticas têm sido adotadas na análise de temas relacionados com a sustentabilidade, inclusive com recurso à base de dados da Scopus ((Maurizio Massaro et al., 2016), revelando-se que os dados bibliométricos são relevantes para novos conhecimentos sobre os temas investigados (Dos Santos et al., 2019). Assim, na nossa investigação, optámos por recorrer à base de dados da Scopus<sup>1</sup> para pesquisar a literatura que melhor responde às nossas questões de investigação.

---

<sup>1</sup> Base de dados de referência para pesquisa de artigos, disponível em <https://www.scopus.com>

### 3.1 Design metodológico

Para a RLS, começámos por definir critérios de inclusão a considerar na nossa pesquisa, que foram discutidos, fundamentados e adotados, como:

1. PALAVRAS-CHAVE: “integrated reporting”, por ser o tema core da investigação, “sustainability”, por alusão ao conceito de relato da sustentabilidade e sustentabilidade das organizações”; “disclosure”, para analisar a proposta de relato divulgada pelo IIRC; “value creation”, porque o RI se foca na divulgação e pensamento integrado sobre a criação de valor; e “literature review”, porque pretendíamos identificar trabalhos com a mesma abordagem que delineamos.
2. ANOS: de 2013 a 2022, período histórico mais recente (10 anos).
3. ÁREA TEMÁTICA: “Business, Management and Accounting” e “Economics, Econometrics and Finance”, por serem as mais vocacionadas para o estudo do RI, onde podem existir publicações mais relevantes para a nossa investigação.
4. TIPO DE DOCUMENTO: “article”, para não termos dispersão na nossa análise e responder aos objetivos traçados.
5. ETAPA DE PUBLICAÇÃO: “final” e “article in press”, para percebermos se existe alguma relevância nos artigos ainda não publicados relativamente aos nossos objetivos.
6. TIPO DE FONTE: “jornal”, para evitar a dispersão de fontes de publicações.
7. LÍNGUA: “English”, por ser a língua mais falada no mundo e a mais adotada nas publicações de relevo mundial.

Também estabelecemos os seguintes critérios de exclusão:

1. INDISPONIBILIDADE DOS ARTIGOS: os artigos que não tenham livre acesso e que, por isso, se encontrem indisponíveis para consulta são excluídos da RLS.
2. POSICIONAMENTO DO JORNAL NO RANKING SJR<sup>2</sup>: os artigos que se encontrem no 4º quartil (Q4) são removidos da amostra. Tivemos em conta as áreas predominantes da contabilidade, economia, finanças e gestão.
3. BAIXA CONTRIBUIÇÃO: os artigos selecionados pelos critérios de inclusão são objeto de leitura do título, palavras-chave e resumo e classificados como tendo uma baixa, moderada ou elevada contribuição para responder às questões de investigação. Os artigos classificados com baixa contribuição para a investigação são excluídos da amostra.

### 3.2 Recolha e tratamento de dados

---

<sup>2</sup> O ScImago Journal & Country Rank (SJR) é um portal, disponível ao público, que inclui os periódicos e indicadores científicos do país, desenvolvidos a partir das informações contidas na Scopus. Disponível em <https://www.scimagojr.com>


Os dados foram recolhidos, como ilustrado na tabela 1, o que nos permitiu ir reduzindo consideravelmente a amostra de artigos a tratar. Depois da aplicação de todos os critérios de inclusão já descritos, a nossa amostra situava-se nos 200 artigos, porém, como o nosso objetivo pressupõe o estudo dos autores mais citados, aplicámos o filtro de seleccionar apenas esses autores de referência, o que nos conduziu a 59 documentos.

Os documentos indisponíveis em PDF e o documento que encontrámos com uma classificação no 4º quartil do SJR, foram excluídos da amostra, que se resumiu a 56 artigos. Conforme explicado no 10º passo (tabela 1), os artigos da amostra foram objeto de leitura, que inclui o título, as palavras-chave e o resumo de cada artigo, ou introdução, no caso das publicações que não apresentavam resumo. Esta primeira leitura serviu o propósito de classificarmos os artigos quanto ao seu nível de contribuição (baixo, moderado, elevado) para responder às questões de investigação, em particular ao objetivo de identificar os aspetos críticos apontados ao RI.


*Tabela 1 - Processo de recolha de dados*



[www.scopus.com](http://www.scopus.com)

Passos	Crítérios de inclusão e exclusão	N.º de documentos após critério
1º	Palavras-Chave: <ul style="list-style-type: none"> <li>• “Integrated Reporting”</li> <li>• “Sustainability”</li> <li>• “Disclosure”</li> <li>• “Value Creation”</li> <li>• “Literature Review”</li> </ul>	9670 ↘ 1589 ↘ 861 ↘ 351 ↘ 270
2º	Anos: <ul style="list-style-type: none"> <li>• 2013 a 2022</li> </ul>	↘ 264
3º	Áreas Temáticas: <ul style="list-style-type: none"> <li>• “Business, Management and Accounting; Economics, Econometrics and Finance”</li> </ul>	↘ 234
4º	Tipo de documento e etapa de publicação: <ul style="list-style-type: none"> <li>• “Article” e “final; article in press”</li> </ul>	↘ 202
5º	Tipo de Fonte: <ul style="list-style-type: none"> <li>• “journal”</li> </ul>	↘ 201
6º	Língua: <ul style="list-style-type: none"> <li>• “English”</li> </ul>	↘ 200
7º	 Seleção dos 10 autores mais citados para restringir a amostra aos autores de referência nesta área: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Maroun, W.; Raimo, N.; Vitolla, F.; Dumay, J.; Rubino, M.; de Villiers, C.; Atkins, J.; Barnabé, F.; Melloni, G.; Nielsen, C.</li> </ul>	↘ 59
8º		↘ 57



	Exclusão de 2 artigos que se encontram indisponíveis em PDF <sup>3</sup>	
9º	Exclusão de 1 artigo publicado em jornal classificado em Q4 no SJR	↘ 56
10º	 Exclusão de 8 artigos classificados como de baixo contributo para responder às questões de investigação.	↘ 48

Fonte: Elaboração Própria

Os dados recolhidos da base de dados da Scopus, nomeadamente através de ficheiro extensão .csv continha a identificação dos autores, título dos artigos, ano da publicação, jornal onde foi publicado, do número de citações, palavras-chave e DOI, o que nos permitiu, através do Microsoft® Excel® (versão 2203, para Microsoft 365), agregar este conjunto de informação, com outra que fomos recolhendo posteriormente, onde se incluem a classificação das revistas, por quartis, no ranking SJR, para as áreas da contabilidade, economia, finanças e gestão, bem como, a classificação que atribuímos ao contributo de cada publicação para a nossa investigação.

Dos 48 artigos (anexo I) que compõem a nossa amostra final, objeto de leitura integral, 32 foram classificados como tendo um elevado contributo para responder à nossa questão primária de investigação, enquanto as restantes 16 publicações têm um contributo moderado, isto é, acrescentam informação pertinente, mas que não responde diretamente à identificação das críticas apontadas ao RI.

#### 4. Resultados

Nesta seção vamos apresentar, em primeiro lugar, os resultados que respondem ao objetivo da investigação que diz respeito à identificação dos autores mais citados, bem como dos periódicos, ou revistas de referência, tendo em consideração o nível de citações que os trabalhos recebem. Esta informação é útil para o desenvolvimento da investigação, dentro do tema do RI, permitindo reconhecer os autores e as revistas internacionais de referência no domínio da investigação sobre o RI.

Em segundo lugar, apresentamos os resultados que respondem ao objetivo de identificar as críticas que têm sido apontadas ao RI, nos últimos 10 anos, pelos autores de referência nesta área, já identificados anteriormente, que nos permitem observar o que tem sido dito e feito ao nível da investigação e, também, contribuir para o desenvolvimento de pistas de investigação futura.

<sup>3</sup> Portable Document Formate (PDF) é um formato de ficheiro, desenvolvido por Adobe, em 1992, para apresentar formatos de textos e imagem, independentemente das aplicações de software, hardware e sistema operativo.

A identificação das críticas apontadas ao RI traz um contributo relevante para os todos os intervenientes e interessados no RI, onde se incluem contabilistas, gestores, preparadores, reguladores, investidores, académicos e demais partes interessadas

#### 4.1 Autores e revistas de referência no RI

Para responder ao primeiro objetivo, tivemos em consideração uma amostra de 59 artigos (decorrente do 7º passo da recolha de dados, indicado na tabela 1), uma vez que a relevância, na resposta a este objetivo, é a temática sobre o RI e não somente a relação direta com a resposta ao segundo objetivo de investigação.

Vamos limitar os resultados apresentados aos 10 autores com mais publicações nesta área temática, que fazem parte da nossa amostra, identificando o número total de publicações, bem como, as publicações em que surgem como primeiro autor. A esta informação acrescentámos o país e a filiação de cada autor, tendo por base os dados disponíveis na Scopus, com base na sua publicação mais recente, das que compõem a amostra.

*Tabela 2 - Autores com maior número de publicações*

Posição	AUTOR	Nº Publicações		País	Filiação
		Total	1º Autor		
1	Maroun, W.	15	7	África do Sul	<i>University of the Witwatersrand</i>
2	Raimo, N.	11	3	Itália	<i>LUM University</i>
3	Vitolla, F.	11	5	Itália	<i>LUM University</i>
4	Dumay, J.	10	4	Austrália	<i>Macquarie University</i>
5	Rubino, M.	9	0	Itália	<i>LUM University</i>
6	de Villiers, C.	9	3	Nova Zelândia	<i>The University of Auckland Business School</i>
7	Atkins, J.	5	3	Reino Unido	<i>Sheffield University Management School</i>
8	Barnabè, F.	5	3	Itália	<i>Università degli Studi di Siena</i>
9	Melloni, G.	5	3	Suíça	<i>Université de Lausanne (UNIL)</i>
10	Nielsen, C.	4	0	Dinamarca	<i>Aalborg University Business School</i>

Fonte: Elaboração Própria

Conforme podemos ver na tabela 3, dois dos autores, não têm nenhum trabalho em que surjam como primeiro autor, como é o caso do Rubino, M. (posição 5, com 9 publicações) e do Nielsen, C. (posição 10, com 4 publicações). Os restantes autores identificados têm, do total de publicações, algumas em que surgem como primeiro autor, como por exemplo, Maroun, W., com o maior número de publicações nesta amostra, num total de 15, das quais 7 são como primeiro autor.

Conforme se pode observar, existem 4 autores (Raimo, N., Vitolla, F., Rubino, M. e Barnabè, F.) oriundos da Itália, 3 dos quais com filiação na mesma universidade (LUM University), o que explica, ainda que parcialmente, a existência de publicações em coautoria publicados por estes autores. Maroun, W., o autor mais citado, surge como o único a representar a África do Sul, país pioneiro na dinamização e implementação do RI.

Para conseguirmos percebermos quais as revistas que publicam sobre RI, optámos por ordenar a sua relevância de acordo com o alcance de citações, portanto, por ordem da maior contagem de citações. Para percebermos a qualidade dos periódicos, nas áreas de maior relevo (contabilidade, economia, finanças e gestão), que melhor acoplam temas sobre RI, tivemos em consideração a classificação por quartis do SJR ranking. Na tabela 4 apresentam-se os 10 periódicos que permitiram um maior alcance de citações aos autores dos artigos, onde também é possível visualizar que todos, à exceção do Journal of Cleaner Production, estão classificados pelo SJR para a área de domínio da contabilidade, na sua maioria com classificação Q1, o que indica que estão no melhor quartil em termos de citações.

*Tabela 3 – Revistas mais citadas*

Citações	Jornal	SJR Ranking			
		Contabilidade	Economia	Finanças	Gestão
343	Accounting, Auditing and Accountability Journal	Q1	Q1		
271	Accounting Forum	Q1		Q1	
225	Journal of Intellectual Capital	Q1			
131	Accounting and Finance	Q2	Q1	Q2	
129	Meditari Accountancy Research	Q2			
118	Journal of Cleaner Production				Q1
113	Journal of Accounting and Public Policy	Q1			
89	Accounting, Auditing and Accountability Journal	Q1	Q1		
87	Journal of Intellectual Capital	Q1			
62	Critical Perspectives on Accounting	Q1		Q1	Q1

Fonte: Elaboração Própria

Com estes resultados conseguimos identificar quais os periódicos que abrem portas à temática do RI, e com maior impacto através do número de citações que obtêm, assegurada pela certificação do SJR.

#### **4.2 Críticas ao RI nos últimos 10 anos**

Atkins et al. (2015) referem que as divulgações anuais, incluindo os RI, sobre impactos sociais e ambientais, os seus riscos, gestão de riscos e pensamento integrado que permita criação de valor a este nível, são inadequados, tornando-se repetitivos. Ainda

que a conceptualização do pensamento integrado possa ser diferente entre culturas também diferentes (exemplo, entre África do Sul e Japão), existe associação entre a divulgação de informação e o pensamento integrado, sendo reconhecida a importância do país pioneiro, África do Sul (Arul et al., 2020).

A qualidade dos relatórios tem impacto nos mercados de capitais (Barth et al., 2017), servindo informação relevante, sobretudo, aos *stakeholders* financeiros, apesar dos esforços, por parte dos preparadores, para que o RI comunique com uma variedade crescente de partes interessadas (Lai et al., 2018).

Existem diferenças de materialidade nos itens divulgados nos relatórios, cuja explicação pode ser determinada pelo setor de atividade, uma vez que empresas dominadas pelos mercados, focam-se na materialidade que enfatiza a criação de valor para os provedores de capital financeiro (Cerbone & Maroun, 2020). Setores mais sensíveis a questões sociais e ambientais acabam por divulgar os riscos que enfrentam nos seus relatórios de contas anuais, meio de comunicação privilegiado, seguindo-se os relatórios voluntários (RI, sustentabilidade) e websites (John Dumay & Hossain, 2019).

Esperava-se que a *framework* proposta pelo IIRC colocasse mais ênfase nas questões não financeiras e na integração de métricas financeiras, ambientais, sociais e de governança, que conduzissem à compreensão da sustentabilidade organizacional, contudo, a ligação entre os capitais e a sustentabilidade, não são divulgados na sua plenitude sustentável (Massaro et al., 2018), e a extensão dos relatórios aparentemente diminuiu a utilidade e o desenvolvimento do pensamento integrado que seriam desejáveis (Atkins & Maroun, 2015), embora não existam evidências de que a extensão do RI influencie o nível de confiança das partes interessadas (Dumay et al., 2019).

Para relatar, por exemplo, o capital intelectual, a *framework* da GRI aparenta ter vantagens sobre a proposta do IIRC (Charl de Villiers & Sharma, 2020), ainda que a divulgação deste item tenha uma associação significativamente negativa com o custo do capital próprio e cuja divulgação, ao nível estrutural, humano, social e de relacionamento, apresente uma significativa relação positiva com o valor de mercado dos negócios (Salvi et al., 2020).

Habilitar o pensamento integrado dentro das organizações, através de uma cultura organizacional assente na confiança e transparência, permite uma atuação rápida na resolução de problemas (Dimes & de Villiers, 2020), mas para desenvolver o pensamento integrado sobre a criação de valor, é necessário redefinir conceitos, encarando o pensamento integrado como uma aprendizagem e, a criação de valor, como o crescimento (Massingham et al., 2019).

Dumay (2016) introduziu uma reflexão sobre a criação de valor, que é muito mais abrangente do que a criação de riqueza, com uma definição que abrange quatro

vertentes: “*monetary, utility, social and sustainable value*”, sugerindo que seja adotada sem que se coloque a criação de riqueza para os acionistas como principal objetivo organizacional.

A Diretiva 2014/95/EU exige que as grandes empresas divulguem informação relativa ao seu modelo empresarial, políticas, resultados, riscos e indicadores-chave de desempenho relativamente a questões de natureza ambiental, aspetos sociais e relacionados com os trabalhadores, respeito pelos direitos humanos e combate à corrupção e tentativas de suborno (União Europeia, 2014), o que implica, para as empresas europeias, um estímulo para a adoção e conformidade do RI (Dumay et al., 2017), mas não isenta que o capitalismo, continue a ser privilegiado sobre a sustentabilidade social e ambiental (Biondi et al., 2020).

O relato deve ser completo e balanceado, incorporando em simultâneo os aspetos positivos e negativos, de forma ponderada, porém, empresas com uma performance financeira mais baixa tendem a elaborar relatórios mais extensos, menos concisos, não balanceados, enquanto uma baixa performance social contribui para relatórios pouco claros, com menos informação sobre o desempenho sustentável (Melloni et al., 2017).

O IIRC propõe uma abordagem de avaliação da materialidade da informação a divulgar, assente nos *stakeholders* (Farneti et al., 2019), no entanto, os próprios preparadores do RI deparam-se com desafios em determinar a materialidade da informação não financeira, alguns por não compreenderem completamente quais as informações que são valorizadas pelos seus *stakeholders* (Naynar et al., 2018), o que os leva, por exemplo, a utilizar técnicas de reconhecimento da materialidade assentes no marketing, o que permite um desvio da responsabilização e da qualidade da informação (Lakshan et al., 2021).

Para Dumay et al. (2019), aumentar ou estender a informação divulgada não é suficiente para inspirar confiança, propondo que os órgãos de gestão devem abandonar a teoria da agência, que contribui para informação assimétrica e incompleta, relevando os interesses da gerência, em prol da teoria de Stewardship, com o objetivo de os responsabilizar pelos recursos que gerem e pelo impacto que essa gestão tem na criação de valor para os investidores e sociedade e, assim, aumentar o nível de confiança nas empresas.

A relação de conflitos que existe, muitas vezes, entre os gerentes e os investidores, pode estar relacionada com a informação a que, estes últimos, não têm acesso, ou ao facto de lhes serem apresentadas informações manipuladas por estratégias e técnicas de *impression management*, numa tentativa de controlar as impressões sobre a informação relatada, sendo estas estratégias adotadas propositadamente nos RI, no que concerne à divulgação do modelo de gestão das empresas (Melloni, 2015; Melloni

et al., 2016), como acontece no setor bancários, que aparenta recorrer a estas técnicas nas divulgações, pois a administração tende a divulgar, ou reter, informações para proteger os seus próprios critérios e interesses, procurando legitimidade por meio da confiança, reputação e capital social (Casonato et al., 2019).

Apesar desta abordagem convencional, McNally & Maroun (2018) conseguem perceber que o conselho de administração pode, genuinamente, estar comprometido com o RI e, mesmo, encará-lo como um método útil de providenciar informação sobre como o negócio está a ser gerido. No entanto, diretores executivos com maior poder, tendem a opor-se à divulgação de informação integrada, salvaguardado que o aumento de exposição sobre a criação de valor poderá ser utilizada pelos concorrentes (Garcia-Sanchez et al., 2020).

O papel do conselho fiscal também pode ser relevante para assegurar a qualidade dos relatórios de RI, tendo Raimo et al. (2021) comprovado que o número de membros deste órgão, a percentagem de membros independentes que o compõem e o nível de atividade (reuniões) anual do mesmo têm um efeito positivo na qualidade do RI, contribuindo para a transparência corporativa, promovendo a divulgação de informação de maior qualidade e mitigando a assimetria de informação entre os investidores e gestores (Raimo et al., 2020). Estes atributos e características, verificados no conselho de administração, contribuem para a minimização dos custos decorrentes da assimetria da informação (Vitolla et al., 2020b) e revelam efeitos positivos ulteriores ao RI, ao nível da divulgação (Vitolla et al., 2020a).

É fundamental assegurar a credibilidade da informação divulgada no RI, muitas vezes interligada com a informação financeira, mas subjacente à criação de valor a curto, médio e longo prazo, ainda que, possa estar subjacente que o IIRC privilegia uma ideologia capitalista, que reflete maioritariamente os interesses da comunidade financeira e dos investidores (La Torre et al., 2020). A informação financeira é mais relatada, mesmo ao nível da criação de valor, do que a não financeira (Dumay, 2016a), sendo também a que mais continua a ser detalhada pelos preparadores e assegurada por auditores externos (Maroun, 2017).

Maroun (2018) evidencia o importante papel das auditoras independentes desenvolverem competências e técnicas de análise qualitativa, visto que são especialistas em relatórios financeiros e não na gestão empresarial integrada e estratégica. As Big Four (EY, PwC, Deloitte e KPMG) revelam alguma experiência em auditar elementos de sustentabilidade económica, social e ambiental, no entanto, existe necessidade de expandirem a garantia a outras divulgações relevantes, tendo em conta que um aumento do número de elementos do RI sujeitos à verificação externa está associado a relatórios de maior qualidade (Maroun, 2019a).

A certificação do RI pode ser entendida apenas como mera ferramenta de legitimação para as expectativas em torno dos relatórios, porém, numa perspectiva de agregação de valor, acaba por ser realçada a melhoria das informações relatadas, levando a mudanças concretas de divulgação por parte dos órgãos de gestão, o que pode promover, de facto uma mudança organizacional positiva, através da exigência de padrões e diretrizes capazes de conferir garantia aos relatórios (Maroun, 2019b).

Nem as linhas orientadoras do IIRC, nem a investigação académica existente, explicam adequadamente como os preparadores do RI podem combinar e agregar, de forma concisa, a complexa informação sobre como os múltiplos capitais e como estes interagem na criação de valor (Tweedie et al., 2018), sobretudo quando o RI revela carência de informação quantitativa essa forma combinada de criação de valor (Kunc et al., 2020).

Para resumir os resultados evidenciados neste capítulo, agrupámos as críticas encontradas na literatura, de acordo com a abrangência, a divulgação, a transparência e a criação de valor, do RI, destacando as mais frequentes na tabela 4.

*Tabela 4 - Resumo das críticas apontadas ao RI*

<b>ABRANGÊNCIA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Quantidade da informação.</li> <li>• Balancear a abrangência de aspetos positivos, negativos e riscos reais.</li> <li>• Ausência de métricas uniformes.</li> </ul>
<b>DIVULGAÇÃO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Motivação não desprovida de interesse.</li> <li>• Influência das características e cultura das equipas de trabalho.</li> <li>• Necessidade de certificar a informação divulgada.</li> </ul>
<b>TRANSPARÊNCIA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Interesses da gestão sobrepõe-se à transparência</li> <li>• Teoria da agência: informação assimétrica no RI</li> <li>• <i>Impression management</i>: técnicas condicionam a transparência</li> </ul>
<b>CRIAÇÃO DE VALOR</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Divergências de interpretação do conceito</li> <li>• Foco na criação de valor para os investidores de capital</li> <li>• Barreiras ao desenvolvimento do pensamento integrado sobre o valor criado</li> </ul>

*Fonte: Elaboração Própria*

Apesar das várias críticas identificadas, persistem lacunas na investigação, pois a literatura não cobre ainda todas as etapas da jornada do RI (Rinaldi et al., 2018), existindo lacunas, por exemplo, na evidência de criação de valor para outras partes interessadas, que não os investidores de capital, como é o caso dos clientes (Roslender & Nielsen, 2021).

## **5. Conclusões e desenvolvimentos futuros**

Neste trabalho são identificadas críticas apontadas ao RI, na literatura mais recente, que se relacionam com a abrangência dos relatórios, a divulgação e transparência dos mesmos e, ainda, sobre o conceito e evidência de criação de valor ao nível dos seis capitais, bem como, na habilitação do pensamento integrado.

Desde a sua fase de implementação que o RI foi objeto de criticismo na literatura, em parte, por comparação ao modelo predominante até então, que era o proposto pela GRI. A mudança de paradigma entre as *guidelines* da GRI e *framework* do IIRC não foi bem interpretada por alguns autores, que argumentavam, sob um ponto de vista crítico, a influência que as premissas do IIRC tinham na qualidade dos relatórios (Flower, J., 2015).

Com o passar dos anos a academia passou a focar-se nas práticas do RI, alargando os temas objeto de investigação a questões que vão desde os preparadores da informação, gestores, métricas de relato, mensuração de conteúdos, implicações internas e externas, quantidade e qualidade de conteúdos, meios de divulgação, custos associados, implicações das diferenças culturais e reguladoras, destinatários a informação até à assimetria da informação.

Relativamente à abrangência do RI, identificámos críticas no que respeita à quantidade da informação divulgada, à ausência de balanceamento entre os aspetos positivos e negativos, bem como os riscos reais incorridos, bem como a ausência de métricas uniformes, que permitam uma mensuração e comparabilidade da informação relatada.

No que diz respeito à divulgação, a maior parte das críticas menciona que as divulgações não são desprovidas de interesse, o que também condiciona a transparência do RI. Os aspetos culturais e características das equipas de trabalho, que estão envolvidas na divulgação, têm influência sobre a abrangência e transparência do RI. Neste domínio também são apontadas críticas à necessidade de certificação habilitada para toda a informação divulgada, não apenas com a que se relaciona diretamente com os interesses dos investidores de capital ou credores financeiros.

Em relação à transparência do RI, as críticas apontam para a sobreposição dos interesses da gestão sobre a transparência da informação divulgada, que muitas vezes utilizam técnicas de *impression management* para realçar os aspetos positivos e



camuflar os aspetos que não correm conforme o planeado, o que tem consequências ao nível da assimetria de informação no RI, pelo que é recorrentemente sugerido que o RI deve abandonar a teoria da agência para fomentar a transparência dos relatórios.

Por último, ao nível da criação de valor, as críticas apontam para divergências de interpretação do próprio conceito, que é maioritariamente assimilado na vertente da criação de riqueza, indo de encontro aos interesses dos investidores e dando primazia à componente financeiro, sobre as restantes, pois o foco do RI assenta, preconizado pela própria IIRC, na criação de valor para os investidores de capital. Decorrentes das limitações de interpretação do próprio conceito, surgem barreiras ao desenvolvimento da ideia do pensamento integrado sobre o valor criado para as organizações e para as demais partes integradas.

O IIRC foi constituído, em 2010, na África do Sul, país que foi pioneiro na adoção e implementação do RI. Maroun, W., o autor mais citado, com 15 citações, das quais 7 como primeiro autor, também é oriundo daquele país, sendo, no entanto, o único a representar a África do Sul no leque dos dez autores mais citados que apresentamos. Os autores Raimo, N., Vitolla, F., Rubino, M. e Barnabè, F. são oriundos da Itália, tendo, os três primeiros, filiação na LUM University. Rubino, M. e Nielsen, C. são os únicos autores que não figuram como primeiro autor em nenhuma das publicações da amostra. Os periódicos de referência no relato do RI, bem classificados no índice de citações do SJR (Q4), respeitam maioritariamente à área da contabilidade, dominante nas publicações desta temática. Destacam-se o Accounting, Auditing and Accountability Journal, o Accounting Forum e Journal of Intellectual Capital, com 343, 271 e 225 citações, respetivamente.

Ao nível das limitações encontradas no presente trabalho, destacamos o facto de termos utilizado apenas uma base de dados na recolha das publicações, o que contribui para uma amostra mais limitada, bem como o facto de, na pesquisa dos autores de referência e periódicos, apenas termos utilizado a amostra que respondia ao objetivo da identificação das críticas apontadas ao RI.

Em trabalhos de desenvolvimento futuros, ao nível das críticas ao RI, é recomendável acompanhar a evolução do criticismo que lhe é apontado, aprofundado a investigação nas áreas ainda menos exploradas e que foram identificadas como relevantes. Ao nível da análise dos autores e das publicações, existe possibilidade para explorar as redes de investigação cimentadas e emergentes, procurando identificar a escola que está a ser construída na área do RI.

## 6. Bibliografia

- Alonso, S., Cabrerizo, F. J., Herrera-Viedma, E., & Herrera, F. (2009). h-Index: A review focused in its variants, computation and standardization for different scientific fields. *Journal of Informetrics*, 3(4), 273–289. <https://doi.org/10.1016/j.joi.2009.04.001>
- Arul, R., de Villiers, C., & Dimes, R. (2020). Insights from narrative disclosures regarding integrated thinking in integrated reports in South Africa and Japan. *Meditari Accountancy Research*, 29(4), 720–739. <https://doi.org/10.1108/MEDAR-06-2020-0934>
- Atkins, J., Atkins, B. C., Thomson, I., & Maroun, W. (2015). “Good” news from nowhere: Imagining utopian sustainable accounting. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 28(5), 651–670. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-09-2013-1485>
- Atkins, J., & Maroun, W. (2015). Integrated reporting in South Africa in 2012: Perspectives from South African institutional investors. *Meditari Accountancy Research*, 23(2), 197–221. <https://doi.org/10.1108/MEDAR-07-2014-0047>
- Bar-Ilan, J. (2008). Informetrics at the beginning of the 21st century-A review. *Journal of Informetrics*, 2(1), 1–52. <https://doi.org/10.1016/j.joi.2007.11.001>
- Barth, M. E., Cahan, S. F., Chen, L., & Venter, E. R. (2017). The economic consequences associated with integrated report quality: Capital market and real effects. *Accounting, Organizations and Society*, 62, 43–64. <https://doi.org/10.1016/j.aos.2017.08.005>
- Biondi, L., Dumay, J., & Monciardini, D. (2020). Using the International Integrated Reporting Framework to comply with EU Directive 2014/95/EU: can we afford another reporting façade? *Meditari Accountancy Research*, 28(5), 889–914. <https://doi.org/10.1108/MEDAR-01-2020-0695>
- Brown, H. S., de Jong, M., & Levy, D. L. (2009a). Building institutions based on information disclosure: lessons from GRI’s sustainability reporting. *Journal of Cleaner Production*, 17(6), 571–580. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2008.12.009>
- Brown, H. S., de Jong, M., & Levy, D. L. (2009b). Building institutions based on information disclosure: lessons from GRI’s sustainability reporting. *Journal of Cleaner Production*, 17(6), 571–580. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2008.12.009>
- Brown, J., & Dillard, J. (2014). Integrated reporting: On the need for broadening out and opening up. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 27(7), 1120–1156. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-04-2013-1313>
- Brundtland, G. H. (1987). (1987). Our common future—Call for action. Environmental Conservation. *Cambridge University Press Journals Digital Archive*, 14(4), 1/4. <https://www-cambridge-org.sheffield.idm.oclc.org/core/journals/environmental-conservation/article/our-common-futurecall-for-action/65808D6676E07552EF891DF31C3DF7A1>
- Casonato, F., Farneti, F., & Dumay, J. (2019). Social capital and integrated reporting: Losing legitimacy when reporting talk is not supported by actions. *Journal of Intellectual Capital*, 20(1), 144–164. <https://doi.org/10.1108/JIC-08-2018-0132>
- Cerbone, D., & Maroun, W. (2020). Materiality in an integrated reporting setting: Insights using an institutional logics framework. *British Accounting Review*, 52(3). <https://doi.org/10.1016/j.bar.2019.100876>
- Cooray, T., Senaratne, S., Gunarathne, N., Herath, R., & Samudrage, D. N. (2021). Adoption of integrated reporting in Sri Lanka: coverage and trend. *Journal of Financial Reporting and Accounting*. <https://doi.org/10.1108/JFRA-04-2020-0116>
- de Villiers, C, Hsiao, P.-C. K., & Maroun, W. (2017). Developing a conceptual model of influences around integrated reporting, new insights and directions for future research. *Meditari Accountancy Research*, 25(4), 450–460. <https://doi.org/10.1108/MEDAR-07-2017-0183>
- de Villiers, C, Venter, E. R., & Hsiao, P.-C. K. (2017). Integrated reporting: background, measurement issues, approaches and an agenda for future research. *Accounting*

- and Finance*, 57(4), 937–959. <https://doi.org/10.1111/acfi.12246>
- de Villiers, Charl, Rinaldi, L., & Unerman, J. (2014). Integrated reporting: Insights, gaps and an agenda for future research. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 27(7), 1042–1067. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-06-2014-1736>
- de Villiers, Charl, & Sharma, U. (2020). A critical reflection on the future of financial, intellectual capital, sustainability and integrated reporting. *Critical Perspectives on Accounting*, 70. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2017.05.003>
- Dimes, R., & de Villiers, C. (2020). How management control systems enable and constrain integrated thinking. *Meditari Accountancy Research*, 29(4), 851–872. <https://doi.org/10.1108/MEDAR-05-2020-0880>
- Dos Santos, P. H., Neves, S. M., Sant'Anna, D. O., Oliveira, C. H. de, & Carvalho, H. D. (2019). The analytic hierarchy process supporting decision making for sustainable development: An overview of applications. *Journal of Cleaner Production*, 212, 119–138. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2018.11.270>
- Dragu, I.-M., & Tiron-Tudor, A. (2013). The Integrated Reporting Initiative from an Institutional Perspective: Emergent Factors. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 92(Lumen), 275–279. <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2013.08.672>
- Dumay, J. (2016). A critical reflection on the future of intellectual capital: from reporting to disclosure. *Journal of Intellectual Capital*, 17(1), 168–184. <https://doi.org/10.1108/JIC-08-2015-0072>
- Dumay, J, Bernardi, C., Guthrie, J., & Demartini, P. (2016). Integrated reporting: A structured literature review. *Accounting Forum*, 40(3), 166–185. <https://doi.org/10.1016/j.accfor.2016.06.001>
- Dumay, J, Bernardi, C., Guthrie, J., & La Torre, M. (2017). Barriers to implementing the International Integrated Reporting Framework A contemporary academic perspective. *Meditari Accountancy Research*, 25(4), 461–480. <https://doi.org/10.1108/MEDAR-05-2017-0150>
- Dumay, J, La Torre, M., & Farneti, F. (2019). Developing trust through stewardship: Implications for intellectual capital, integrated reporting, and the EU Directive 2014/95/EU. *Journal of Intellectual Capital*, 20(1), 11–39. <https://doi.org/10.1108/JIC-06-2018-0097>
- Dumay, J., Bernardi, C., Guthrie, J., & Demartini, P. (2016). Integrated reporting: A structured literature review. *Accounting Forum*, 40(3), 166–185. <https://doi.org/10.1016/j.accfor.2016.06.001>
- Dumay, J., & Hossain, M. A. (2019). Sustainability Risk Disclosure Practices of Listed Companies in Australia. *Australian Accounting Review*, 29(2), 343–359. <https://doi.org/10.1111/auar.12240>
- Farneti, F., Casonato, F., Montecalvo, M., & de Villiers, C. (2019). The influence of integrated reporting and stakeholder information needs on the disclosure of social information in a state-owned enterprise. *Meditari Accountancy Research*, 27(4), 556–579. <https://doi.org/10.1108/MEDAR-01-2019-0436>
- Flower, J. (2015). The international integrated reporting council: A story of failure. *Critical Perspectives on Accounting*, 27, 1–17. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2014.07.002>
- Frias-Aceituno, J. V, Rodriguez-Ariza, L., & Garcia-Sanchez, I. M. (2013). The role of the board in the dissemination of integrated corporate social reporting. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 20(4), 219–233. <https://doi.org/10.1002/csr.1294>
- Garcia-Sanchez, I.-M., Raimo, N., & Vitolla, F. (2020). CEO power and integrated reporting. *Meditari Accountancy Research*, 29(4), 908–942. <https://doi.org/10.1108/MEDAR-11-2019-0604>
- Hubbard, G. (2009). Measuring organizational performance: Beyond the triple bottom line. *Business Strategy and the Environment*, 18(3), 177–191. <https://doi.org/10.1002/bse.564>
- Jensen, J. C., & Berg, N. (2012). Determinants of Traditional Sustainability Reporting

- Versus Integrated Reporting. An Institutional Approach. *Business Strategy and the Environment*, 21(5), 299–316. <https://doi.org/10.1002/bse.740>
- Kannenberg, L., & Schreck, P. (2019). Integrated reporting: boon or bane? A review of empirical research on its determinants and implications. *Em Journal of Business Economics* (Vol. 89, Número 5). Springer Berlin Heidelberg. <https://doi.org/10.1007/s11573-018-0922-8>
- Kunc, M. H., Giorgino, M. C., & Barnabè, F. (2020). Developing forward-looking orientation in integrated reporting. *Meditari Accountancy Research*, 29(4), 823–850. <https://doi.org/10.1108/MEDAR-12-2019-0664>
- La Torre, M., Dumay, J., Rea, M. A., & Abhayawansa, S. (2020). A journey towards a safe harbour: The rhetorical process of the International Integrated Reporting Council. *British Accounting Review*, 52(2), 100836. <https://doi.org/10.1016/j.bar.2019.100836>
- Lai, A., Melloni, G., & Stacchezzini, R. (2018). Integrated reporting and narrative accountability: the role of preparers. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 31(5), 1381–1405. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-08-2016-2674>
- Lakshan, A. M. I., Low, M., & de Villiers, C. (2021). Challenges of, and techniques for, materiality determination of non-financial information used by integrated report preparers. *Meditari Accountancy Research*. <https://doi.org/10.1108/MEDAR-11-2020-1107>
- Lodhia, S. (2015). Exploring the Transition to Integrated Reporting Through a Practice Lens: An Australian Customer Owned Bank Perspective. *Journal of Business Ethics*, 129(3), 585–598. <https://doi.org/10.1007/s10551-014-2194-8>
- Lozano, R. (2012). Towards better embedding sustainability into companies' systems: An analysis of voluntary corporate initiatives. *Journal of Cleaner Production*, 25, 14–26. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2011.11.060>
- Maroun, W. (2017). Assuring the integrated report: Insights and recommendations from auditors and preparers. *British Accounting Review*, 49(3), 329–346. <https://doi.org/10.1016/j.bar.2017.03.003>
- Maroun, W. (2018). Modifying assurance practices to meet the needs of integrated reporting: The case for “interpretive assurance”. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 31(2), 400–427. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-10-2016-2732>
- Maroun, W. (2019a). Does external assurance contribute to higher quality integrated reports? *Journal of Accounting and Public Policy*, 38(4). <https://doi.org/10.1016/j.jaccpubpol.2019.06.002>
- Maroun, W. (2019b). Exploring the rationale for integrated report assurance. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 32(6), 1826–1854. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-04-2018-3463>
- Massaro, M., Dumay, J., Garlatti, A., & Dal Mas, F. (2018). Practitioners' views on intellectual capital and sustainability: From a performance-based to a worth-based perspective. *Journal of Intellectual Capital*, 19(2), 367–386. <https://doi.org/10.1108/JIC-02-2017-0033>
- Massaro, Maurizio, Dumay, J., & Guthrie, J. (2016). On the shoulders of giants: undertaking a structured literature review in accounting. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 29(5), 767–801. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-01-2015-1939>
- Massingham, R., Massingham, P. R., & Dumay, J. (2019). Improving integrated reporting: A new learning and growth perspective for the balanced scorecard. *Journal of Intellectual Capital*, 20(1), 60–82. <https://doi.org/10.1108/JIC-06-2018-0095>
- McNally, M.-A., & Maroun, W. (2018). It is not always bad news: Illustrating the potential of integrated reporting using a case study in the eco-tourism industry. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 31(5), 1319–1348. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-05-2016-2577>

- Melloni, G., Caglio, A., & Perego, P. (2017). Saying more with less? Disclosure conciseness, completeness and balance in Integrated Reports. *Journal of Accounting and Public Policy*, 36(3), 220–238. <https://doi.org/10.1016/j.jaccpubpol.2017.03.001>
- Melloni, G., Stacchezzini, R., & Lai, A. (2016). The tone of business model disclosure: an impression management analysis of the integrated reports. *Journal of Management and Governance*, 20(2), 295–320. <https://doi.org/10.1007/s10997-015-9319-z>
- Milne, M. J., & Gray, R. (2013). W(h)ither Ecology? The Triple Bottom Line, the Global Reporting Initiative, and Corporate Sustainability Reporting. *Journal of Business Ethics*, 118(1), 13–29. <https://doi.org/10.1007/s10551-012-1543-8>
- Naynar, N. R., Ram, A. J., & Maroun, W. (2018). Expectation gap between preparers and stakeholders in integrated reporting. *Meditari Accountancy Research*, 26(2), 241–262. <https://doi.org/10.1108/MEDAR-12-2017-0249>
- Raimo, N., Ricciardelli, A., Rubino, M., & Vitolla, F. (2020). Factors affecting human capital disclosure in an integrated reporting perspective. *Measuring Business Excellence*, 24(4), 575–592. <https://doi.org/10.1108/MBE-05-2020-0082>
- Raimo, N., Vitolla, F., Marrone, A., & Rubino, M. (2021). Do audit committee attributes influence integrated reporting quality? An agency theory viewpoint. *Business Strategy and the Environment*, 30(1), 522–534. <https://doi.org/10.1002/bse.2635>
- Rinaldi, L., Unerman, J., & de Villiers, C. (2018). Evaluating the integrated reporting journey: insights, gaps and agendas for future research. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 31(5), 1294–1318. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-04-2018-3446>
- Roca, L. C., & Searcy, C. (2012). An analysis of indicators disclosed in corporate sustainability reports. *Journal of Cleaner Production*, 20(1), 103–118. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2011.08.002>
- Roslender, R., & Nielsen, C. (2021). Accounting for the value expectations of customers: Re-imagining the Integrated Reporting initiative. *Critical Perspectives on Accounting*, 81. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2020.102244>
- Salvi, A., Vitolla, F., Giakoumelou, A., Raimo, N., & Rubino, M. (2020). Intellectual capital disclosure in integrated reports: The effect on firm value. *Technological Forecasting and Social Change*, 160. <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2020.120228>
- Salvi, A., Vitolla, F., Raimo, N., Rubino, M., & Petruzzella, F. (2020). Does intellectual capital disclosure affect the cost of equity capital? An empirical analysis in the integrated reporting context. *Journal of Intellectual Capital*, 21(6), 985–1007. <https://doi.org/10.1108/JIC-12-2019-0283>
- Stacchezzini, R., Melloni, G., & Lai, A. (2016). Sustainability management and reporting: the role of integrated reporting for communicating corporate sustainability management. *Journal of Cleaner Production*, 136, 102–110. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2016.01.109>
- Stubbs, W., & Higgins, C. (2014). Integrated reporting and internal mechanisms of change. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 27(7), 1068–1089. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-03-2013-1279>
- Tweedie, D., Nielsen, C., & Martinov-Bennie, N. (2018). The Business Model in Integrated Reporting: Evaluating Concept and Application. *Australian Accounting Review*, 28(3), 405–420. <https://doi.org/10.1111/auar.12196>
- Velte, P., & Stawinoga, M. (2017). Integrated reporting: The current state of empirical research, limitations and future research implications. *Journal of Management Control*, 28(3), 275–320. <https://doi.org/10.1007/s00187-016-0235-4>
- Velte, Patrick, & Stawinoga, M. (2017). Integrated reporting: The current state of empirical research, limitations and future research implications. *Journal of Management Control*, 28(3), 275–320. <https://doi.org/10.1007/s00187-016-0235-4>
- Vitolla, F., Raimo, N., Rubino, M., & Garzoni, A. (2019). The impact of national culture

- on integrated reporting quality. A stakeholder theory approach. *Business Strategy and the Environment*, 28(8), 1558–1571. <https://doi.org/10.1002/bse.2332>
- Vitolla, F., Raimo, N., Marrone, A., & Rubino, M. (2020a). The role of board of directors in intellectual capital disclosure after the advent of integrated reporting. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 27(5), 2188–2200. <https://doi.org/10.1002/csr.1957>
- Vitolla, F., Raimo, N., & Rubino, M. (2020b). Board characteristics and integrated reporting quality: an agency theory perspective. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 27(2), 1152–1163. <https://doi.org/10.1002/csr.1879>
- Vitolla, F., Raimo, N., Rubino, M., & Garzoni, A. (2020c). The determinants of integrated reporting quality in financial institutions. *Corporate Governance (Bingley)*, 20(3), 429–444. <https://doi.org/10.1108/CG-07-2019-0202>



Au	AUTHORS				Title	Year	Source
	Author 2	Co-author 3	Co-author 4	Co-author 5			
de Villiers C.	Rinaldi L.	Unerman J.			Integrated reporting: Insights, gaps and an agenda for future research	2014	Accounting, Auditing and Accountability J
Dumay J.	Bernardi C.	Guthrie J.	Demartini P.		Integrated reporting: A structured literature review	2016	Accounting Forum
Dumay J.					A critical reflection on the future of intellectual capital: from reporting to disclosure	2016	Journal of Intellectual Capital
de Villiers C.	Venter E.R.	Hsiao P.-C.K.			Integrated reporting: background, measurement issues, approaches and an agenda for future research	2017	Accounting and Finance
Akins J.	Maroun W.				Integrated reporting in South Africa in 2012: Perspectives from South African institutional investors	2015	Meditari Accountancy Research
Stacchezzini R.	Melloni G.	Lai A.			Sustainability management and reporting: the role of integrated reporting for communicating corporate sustainability management	2016	Journal of Cleaner Production
Melloni G.	Caglio A.	Perego P.			Saying more with less? Disclosure conciseness, completeness and balance in Integrated Reports	2017	Journal of Accounting and Public Policy
Rinaldi L.	Unerman J.	de Villiers C.			Evaluating the integrated reporting journey: insights, gaps and agendas for future research	2018	Accounting, Auditing and Accountability J
Melloni G.					Intellectual capital disclosure in integrated reporting: An impression management analysis	2015	Journal of Intellectual Capital
Massaro M.	Dumay J.	Garlati A.	Dal Mas F.		Practitioners' views on intellectual capital and sustainability: From a performance-based to a worth-based perspective	2018	Journal of Intellectual Capital
de Villiers C.	Sharma U.				A critical reflection on the future of financial, intellectual capital, sustainability and integrated reporting	2020	Critical Perspectives on Accounting
Vitolla F.	Raimo N.	Rubino M.	Garzoni A.		The impact of national culture on integrated reporting quality: A stakeholder theory approach	2019	Business Strategy and the Environment
Vitolla F.	Raimo N.	Rubino M.			Appreciations, criticisms, determinants, and effects of integrated reporting: A systematic literature review	2019	Corporate Social Responsibility and Envi
Dumay J.	La Torre M.	Farneti F.			Developing trust through stewardship: Implications for intellectual capital, integrated reporting, and the EU Directive 2014/95/EU	2019	Journal of Intellectual Capital
Vitolla F.	Raimo N.	Rubino M.			Board characteristics and integrated reporting quality: an agency theory perspective	2020	Corporate Social Responsibility and Envi
Akins J.	Akins B.C.	Thomson I.	Maroun W.		"Good" news from nowhere: Imagining utopian sustainable accounting	2015	Accounting, Auditing and Accountability J
Lai A.	Melloni G.	Stacchezzini R.			Integrated reporting and narrative accountability: the role of preparers	2018	Accounting, Auditing and Accountability J
Melloni G.	Stacchezzini R.	Lai A.			The tone of business model disclosure: an impression management analysis of the integrated reports	2016	Journal of Management and Governanc
Maroun W.					Modifying assurance practices to meet the needs of integrated reporting: The case for "interpretive assurance"	2018	Accounting, Auditing and Accountability J
Salvi A.	Vitolla F.	Giakoumelou A.	Raimo N.	Rubino M.	Intellectual capital disclosure in integrated reports: The effect on firm value	2020	Technological Forecasting and Social Ch
Vitolla F.	Raimo N.	Rubino M.	Garzoni A.		The determinants of integrated reporting quality in financial institutions	2020	Corporate Governance (Bingley)
McNally M.-A.	Maroun W.				It is not always bad news: Illustrating the potential of integrated reporting using a case study in the eco-tourism industry	2018	Accounting, Auditing and Accountability J
Farneti F.	Casonato F.	Montecalvo M.	de Villiers C.		The influence of integrated reporting and stakeholder information needs on the disclosure of social information in a state-owned enterprise	2019	Meditari Accountancy Research
Vitolla F.	Raimo N.	Marrone A.	Rubino M.		The role of board of directors in intellectual capital disclosure after the advent of integrated reporting	2020	Corporate Social Responsibility and Envi
Garcia-Sanchez I.-M.	Raimo N.	Vitolla F.			CEO power and integrated reporting	2020	Meditari Accountancy Research
Maroun W.					Does external assurance contribute to higher quality integrated reports?	2019	Journal of Accounting and Public Policy
Raimo N.	Vitolla F.	Marrone A.	Rubino M.		Do audit committee attributes influence integrated reporting quality? An agency theory viewpoint	2021	Business Strategy and the Environment
Salvi A.	Vitolla F.	Raimo N.	Rubino M.	Petruzzella F.	Does intellectual capital disclosure affect the cost of equity capital? An empirical analysis in the integrated reporting context	2020	Journal of Intellectual Capital
Casonato F.	Farneti F.	Dumay J.			Social capital and integrated reporting: Losing legitimacy when reporting talk is not supported by actions	2019	Journal of Intellectual Capital
Cerbone D.	Maroun W.				Materiality in an integrated reporting setting: Insights using an institutional logics framework	2020	British Accounting Review
Biondi L.	Dumay J.	Monciardini D.			Using the International Integrated Reporting Framework to comply with EU Directive 2014/95/EU: can we afford another reporting façade?	2020	Meditari Accountancy Research
Sukhari A.	de Villiers C.				The Influence of Integrated Reporting on Business Model and Strategy Disclosures	2019	Australian Accounting Review
La Torre M.	Dumay J.	Rea M.A.	Abhayawansa S.		A journey towards a safe harbour: The rhetorical process of the International Integrated Reporting Council	2020	British Accounting Review
Dumay J.	Hossain M.D.A.				Sustainability Risk Disclosure Practices of Listed Companies in Australia	2019	Australian Accounting Review
Raimo N.	Ricciardelli A.	Rubino M.	Vitolla F.		Factors affecting human capital disclosure in an integrated reporting perspective	2020	Measuring Business Excellence
Naynar N.R.	Ram A.J.	Maroun W.			Expectation gap between preparers and stakeholders in integrated reporting	2018	Meditari Accountancy Research
La Torre M.	Valentinetti D.	Dumay J.	Rea M.A.		Improving corporate disclosure through XBRL: An evidence-based taxonomy structure for integrated reporting	2018	Journal of Intellectual Capital
Massingham R.	Massingham P.R.	Dumay J.			Improving integrated reporting: A new learning and growth perspective for the balanced scorecard	2019	Journal of Intellectual Capital
Maroun W.					Exploring the rationale for integrated report assurance	2019	Accounting, Auditing and Accountability J
Tweddle D.	Nielsen C.	Martnov-Bennie N.			The Business Model in Integrated Reporting: Evaluating Concept and Application	2018	Australian Accounting Review
Barnabè F.	Nazir S.				Investigating the interplays between integrated reporting practices and circular economy disclosure	2021	International Journal of Productivity and P
Dimes R.	de Villiers C.				How management control systems enable and constrain integrated thinking	2020	Meditari Accountancy Research
Giorgino M.C.	Barnabè F.	Kunc M.			Integrating qualitative system dynamics with accounting practices: The case of integrated reporting and resource mapping	2020	Systems Research and Behavioral Scien
Anul R.	de Villiers C.	Dimes R.			Insights from narrative disclosures regarding integrated thinking in integrated reports in South Africa and Japan	2020	Meditari Accountancy Research
Roslender R.	Nielsen C.				Accounting for the value expectations of customers: Re-imagining the Integrated Reporting initiative	2021	Critical Perspectives on Accounting
Kunc M.H.	Giorgino M.C.	Barnabè F.			Developing forward-looking orientation in integrated reporting	2020	Meditari Accountancy Research
Barnabè F.	Nazir S.				Conceptualizing and enabling circular economy through integrated thinking	2022	Corporate Social Responsibility and Envi
Lakshan A.M.I.	Low M.	de Villiers C.			Challenges of, and techniques for, materiality determination of non-financial information used by integrated report preparers	2021	Meditari Accountancy Research